Cautelar de busca e apreensão

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...... VARA DA COMARCA DE (CIDADE) - (UF)**

(deixar aproximadamente, 20 linhas em branco)

(NOME DO AUTOR), (nacionalidade), (estado civil), (profissão) e ambos domiciliados nesta cidade, na rua ..............., portador do CPF nº ................. e da Identidade nº .................... vem, mui respeitosamente, por seu advogado e bastante procurador, nos termos dos arts. 839 e seguintes do CPC e na forma do art.282 do mesmo diploma processual, dizer que é esta para promover a

AÇÃO CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO

preventiva e preparatória, em face de (NOME DO RÉU), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do CPF nº ............................ e da Identidade nº ...................., residente e domiciliado nesta cidade, na rua ..............., pelos motivos fáticos e de direito, a seguir expostos.

Dos Fatos

1 - Que o Requerente vendeu ao Requerido, na data de .............., o veículo Ford Escort, ano e modelo ........, cor ............, placa ................, chassis nº ........................, pelo preço avençado de R$ ............. (valor por extenso).

2 - Que, a pedido do Requerido, a venda deu-se a prazo, sendo acordado que o comprador daria uma entrada de R$ ................ (valor por extenso) e mais 4 (quatro) parcelas de R$ ............., vencíveis todo dia 15 (quinze) de cada mês, a partir de ............... a ................ .

3 - Que a venda se deu com reserva de domínio, a favor do vendedor, ora Requerente, conforme contrato anexo, no qual estão vinculadas quatro promissórias firmadas pelo devedor, correspondendo, cada uma delas, às parcelas do financiamento, supramencionado.

4 - Ocorre que o devedor, ora Requerido, recebeu o veículo na data da compra, quando firmou contrato de compra e venda, com reserva de domínio e procedeu, junto ao DETRAN, a transferência de propriedade, tendo sido gravada, a mencionada reserva de domínio a favor do Requerente, como se vê do documento DUT, anexo a esta.

5 - Que o comprador, pagou a entrada de R$ ............... na data da compra, mas não honrou seu compromisso, nos vencimentos das duas primeiras parcelas, já vencidas em ............... e .............., sendo certo que já se aproxima o vencimento da terceira parcela.

6 - Ocorre, portanto, que o comprador se encontra inadimplente e em mora, o que se comprova com os títulos em questão, devidamente protestados, sendo mais grave o fato de o Suplicado ter tentado vender o veículo em questão, o que o Requerente veio a saber, por informações de terceiro, ao qual foi oferecido o bem.

7 - Que o Requerente envidou todos os esforços, no sentido de receber seu crédito, de forma amigável, como comprova com as cartas anexas, tendo sido, no entanto, em vão todas as tentativas para a solução da questão e que, diante da intenção demonstrada de o Suplicado tentar alienar o veículo, o Suplicante tem justo e fundado receio, de vir a perder o que lhe pertence, sendo, portanto, cabível a presente cautelar.

8 - Que, tendo sido a venda realizada com reserva de domínio, o que a todas as luzes do direito, garantem ao Requerente a propriedade do bem, até total quitação do débito e, tendo sido infrutíferos seus esforços em solucionar amigavelmente a celeuma, este não teve outra alternativa, a não ser ajuizar a presente ad cautelam, de busca e apreensão, para ver resguardado seu direito e futuro recebimento de seu crédito, mormente, por já ter tentado, o Requerido, vender o bem, que se encontra com o gravame de reserva de domínio.

9 - Que a presente é promovida de forma preventiva e preparatória à ação principal de cobrança, que será, tempestivamente, ajuizada, nos termos do art. 1070 do CPC, uma vez que se trata de obrigação contraída, com reserva de domínio.

10 - Que o veículo em questão se encontra na posse do Requerido, que o guarda na garagem de sua residência, no endereço mencionado na qualificação do mesmo.

Do Direito

A ação cautelar, seja qual for a sua natureza, tem como pressupostos genéricos o “fumus boni juris” e o “periculum in mora”, no sentido de resguardar direito ameaçado daquele que se vê lesado.

Não resta dúvida, que existindo aparência de um bom direito a ser reclamado no processo principal e existindo fundado receio de que esse direito venha a sofrer lesão grave de difícil reparação, antes do julgamento do processo principal, ocorrem, certamente, os pressupostos retro mencionados, ante a situação eminentemente fática, demonstrando o risco de dano.

Ora, no presente caso, provado está o justo receio do Requerente, que teme pela alienação ilegal e ilícita, a ser feita pelo Suplicado, que já deu mostras suficientes do que é capaz, fato esse que será devidamente comprovado, por ocasião da instrução.

Ante tal atitude, não existem dúvidas de que a citação alertará o comprador que, por meios outros e fraudulentos, poderá se desfazer do bem em questão, vindo a frustrar a tutela judicial, sendo curial, portanto, a concessão de medida liminar, inaudita altera parte, de forma a promover-se a citação daquele, após o cumprimento desta, medida esta que garantirá a propriedade do Requerente, uma vez que é detentor do domínio, ante o gravame de reserva, feito por ocasião da compra e materializado, por ocasião da transcrição junto ao

Órgão de Trânsito.

Embora a existência dos requisitos acima especificados, o Requerente presta caução fidejussória, no valor da venda realizada, que autoriza a medida liminar pretendida, nos termos do art. 804 do CPC, caução esta que garantirá ao Requerido, eventuais danos que possa vir a sofrer, com a presente medida, caso venha a ser vencedor.

A busca e apreensão, segundo a norma contida no art. 839 do CPC, far-se-á de pessoas ou de coisas, bastando para tal, que o Requerente justifique e comprove a necessidade da medida, ante a fumaça do bom direito, que no caso em tela se vê presente, pelo direito de crédito, estampado no contrato de compra e venda com reserva de domínio, mormente, por ser o vendedor, detentor do domínio até a satisfação total de seu crédito e, pelo perigo de demora que, também, extreme de dúvidas, se faz presente, principalmente, ante a demora do processo principal, que dará tempo suficiente ao Requerido realizar suas maléficas intenções, já demonstradas, quando tentou vender o veículo, objeto desta.

Ante o caso em tela, mister se faz o deferimento de expedição de mandado de busca e apreensão do bem descrito anteriormente, para cumprimento de medida liminar e, sem dúvida, ao final, prolação de sentença procedente, tornando definitiva a medida, até decisão final do processo principal

Do Pedido

Ex positis e com fundamento nos dispositivos retro mencionados, o Requerente vem, com o devido acato, à presença de V. Excia., requerer:

a) seja deferida MEDIDA LIMINAR, inaudita altera parte, com a expedição do competente MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO, do veículo descrito no item 1 da presente, prestando o Requerente caução fidejussória, nos termos do arts. 804 do CPC, através do documento anexo;

b) a citação do Réu, via Oficial de Justiça, para, querendo, no prazo legal, responder aos termos da presente, sob pena de revelia;

c) seja a presente processada e julgada procedente, com o consequente deferimento definitivo da busca e apreensão, até decisão final do processo principal e com a condenação do Requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios, na razão de 20% do valor corrigido da causa;

d) os benefícios do art. 172, § II do CPC, para efeitos da citação;

Protestando por todo gênero de prova em direito admissível, em especial pelo depoimento pessoal do Suplicado, cuja intimação, desde já requer e pela produção de prova testemunhal e documental, dá à causa, o valor de R$ .......................

Termos em que

Pede e espera deferimento.

(Local e data)

(Nome do advogado)

(Número da OAB)